

TECNOLOGIA SOCIAL PARA INCLUSÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA NO MUNDO DO TRABALHO

Autor

Vânia de Cássia de Araujo Dutra*, Doutora em Serviço Social UERJ, Assessora Técnica da Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Política Social (NEPS) e Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida.

vaniadutra@uva.br, endereço: Rua Ibituruna, 108 Tijuca – Rio de Janeiro.

Resumo em português

Este trabalho apresenta o resultado do Projeto de Extensão Universitária Inclusão Produtiva e a formulação e desenvolvimento da tecnologia social de inclusão produtiva Caminhos de Cidadania: Projeto de Desenvolvimento Profissional, cuja finalidade são encontros de reflexão acerca dos desafios do mundo do trabalho, identificar as barreiras impeditivas para a entrada no mercado formal de trabalho e geração de renda da população em situação de pobreza.

Palavras-Chave

Inclusão Produtiva - Proteção Social - Trabalho

Abstract

This paper presents the results of the University Extension Project Productive Inclusion and the formulation and development of social technology productive inclusion Citizenship Paths : Professional Development Project , whose purpose are meetings for reflection on the challenges of the working world , identify impeding barriers for entry into the formal labor market and income generation of the population in poverty .

Productive Inclusion - Social Protection - Work

INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão Inclusão Produtiva, da Universidade Veiga de Almeida, se constitui um trabalho em parceria com a Subsecretaria de Inclusão Produtiva¹ da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro.

O referido projeto se originou da Pesquisa Inclusão Produtiva e Assistência Social, no Município do Rio de Janeiro, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos de Política Social da Universidade Veiga de Almeida (NEPS-UVA) em parceria com a Assessoria Técnica da Subsecretaria de Inclusão Produtiva da SUBIP nos anos de 2013 e 2014.

Na qualidade de professora pesquisadora, através dos resultados da pesquisa, foi possível perceber a ausência de conhecimento desta população sobre o processo de orientação para formação profissional. Suas trajetórias de vida são marcadas por abandono de sonhos, de descontinuidade do processo de escolarização formal exigida na sociedade contemporânea, que tem como marca indelével os avanços e aprofundamento do conhecimento tecnológico e informacional *pari passu* à exploração do trabalhador, à flexibilização das relações de trabalho e ao aumento do trabalho informal, que lança um contingente expressivo na situação de desemprego e de perdas sociais profundas. Daí surgiu a ideia de criar e desenvolver uma tecnologia social para inclusão, no mundo do trabalho, da população em situação de pobreza e extrema pobreza.

Neste sentido elaboramos a proposta de extensão universitária, que visou à formulação, execução e avaliação da referida tecnologia social.

Diante da particularidade deste projeto, convidamos os discentes dos cursos de Gestão de Recursos Humanos e Serviço Social da Universidade Veiga de Almeida. Eles participaram de atividades comunitárias e sociais orientados para um

¹ Subsecretaria de Inclusão Produtiva (SUBIP) - SMDS tem como finalidade a promoção da inserção no mundo do trabalho por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho.

processo de produção de conhecimento e desenvolvimento de uma tecnologia social.

Os discentes dos cursos de Gestão de RH desenvolveram atividades integradoras de Cargos e Carreiras, Treinamento e Desenvolvimento. O discente do curso de Serviço Social tem uma visão das expressões da *questão social* e o desafio de propor ações e projetos em respostas a situações-problemas que emergem no cotidiano da execução de uma Política Social.

Diante das características assinaladas, acrescidas do desafio da relação entre ensino, pesquisa e extensão; apresentamos os resultados obtidos no desenvolvimento da proposta de Extensão Universitária Inclusão Produtiva no Município do Rio de Janeiro.

Cabe esclarecer que este projeto foi implantado através de uma parceria entre o NEPS e Assessoria Técnica da Subsecretaria de Inclusão Produtiva, ou seja, participamos e acompanhamos os Encontros do Projeto Caminhos para Cidadania: Projeto de Desenvolvimento Profissional, que foi executado pela primeira na Unidade de Reinserção Social Plínio Marcos no segundo semestre ano de 2015.

Diante do exposto, este projeto de extensão teve como objetivo desenvolver uma tecnologia social de inclusão no mundo do trabalho da população em situação de pobreza e extrema pobreza; fazer o acompanhamento e verificar de que maneiras podemos colaborar com a vida da população em situação de pobreza e extrema pobreza. Através da participação dos discentes, nos ciclos de encontros, foi possível sistematizar esta tecnologia social de inclusão produtiva denominada de Caminhos de Cidadania: Projeto de Desenvolvimento Profissional.

1. Tecnologia Social de Inclusão Produtiva

A promoção da inserção no mundo do trabalho em nosso país se processa por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, tais como educação, trabalho e emprego, cabendo à Assistência Social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho à população em situação de pobreza e miséria.

Pode-se inferir, após estudos em documentos oficiais, que o ano de 2002 marca o início, no Município do Rio de Janeiro, de ações de inclusão produtiva para os usuários cadastrados no Programa Bolsa Família. Essas são executadas nas

pastas do Trabalho e Emprego e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, esta última desenvolve a política de Assistência Social.

Depreende-se então que a temática da inclusão produtiva está estritamente vinculada às políticas sociais de integração social e de inserção social. Entende-se como política de integração social as políticas sociais públicas que visam integrar o trabalhador ao mercado de trabalho. Oriundas de um pacto social democrata entre capital x trabalho no sistema de acumulação capitalista, onde o trabalho tem tido uma subsunção formal e real ao capital, ao mesmo tempo, estas políticas são importantes para manutenção da vida dos trabalhadores. Já as políticas de inserção social são caracterizadas por políticas de transferência de renda para inserção dos indivíduos que ainda não dispõem de oportunidades, qualificação ou emprego para prover sua sobrevivência. Diante da crise contemporânea do capital, do aumento da pobreza no mundo, da feminização da pobreza, a classe trabalhadora se fragiliza ainda mais. Conforme afirma Harvey, “a relação capital-trabalho sempre tem um papel central na dinâmica do capitalismo e pode estar na origem das crises. Mas hoje em dia, o principal problema reside no fato de o capital ser muito poderoso” (Harvey, 2013.61).

A acumulação por espoliação libera um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo ou, em alguns casos, a custo zero. O capital acumulado apossa-se desses ativos em um uso lucrativo. São expressões deste processo a privatização, a redução dos direitos sociais, trabalhistas, o aumento em larga escala da miséria mundial.

As políticas de inserção social são essenciais para a reprodução da classe trabalhadora sem emprego. O Estado então se torna o principal articulador para políticas de integração social e inserção social. Por esta razão, no orçamento do governo brasileiro, está como tema principal a Inclusão Produtiva no mundo do trabalho.

Lima e Lopes (2005) explicaram que o Governo Federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego, sempre atuou direta ou indiretamente, em qualificação profissional desde a sua fundação em 1937. Na primeira gestão do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2007) fizeram um diagnóstico do esgotamento do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), executado de 1994-2003. A equipe elaborou o Programa de Qualificação Social e Profissional (PQSP), com vigência inicial de 2004 a 2007.

Neste Plano de Qualificação Social e Profissional o MTE adotou o conceito de qualificação como central para a política pública. De acordo com Lima e Lopes (2005) alguns aspectos mais relevantes desse conceito são:

- a) parte indissolúvel das Políticas de Trabalho, Emprego e Renda, sejam elas urbanas ou rurais; públicas ou privadas; resultem em relações assalariadas, empreendedoras individuais ou solidárias;
- b) uma forma de educação profissional (formação inicial e continuada), devendo estar articulada com a educação de jovens e adultos, com a educação do campo e com a educação profissional de nível técnico e tecnológico.

Quanto às possibilidades efetivas das políticas públicas de qualificação, Lima e Lopes (2005) também afirmavam que essas políticas, quando articuladas com outras políticas públicas, em particular a de emprego e geração de renda, aumentam a chance da inserção das populações mais vulneráveis no mundo do trabalho. Aqui então percebemos a vinculação estreita de Política de Trabalho com a Política de Assistência Social, desenvolvida no Governo Lula no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No campo conceitual, a política de Assistência Social está no tripé da Seguridade Social Brasileira, sempre tentando responder as três principais questões: Quem será protegido? Como será protegido? Quanto de proteção? De forma sumariada, podemos afirmar que, na história da política de assistência social, foram formuladas algumas respostas a partir da concepção de pobreza que se tinha em cada período de acumulação capitalista. A mais antiga é a vertente liberal, formulada por Malthus, sob cuja perspectiva a assistência é um empecilho para o desenvolvimento da capacidade dos indivíduos e um incentivo à preguiça, ao gasto público e à manutenção de uma população inútil, tendo como característica fundamental a repressão da pobreza. No ano de 1834, por exemplo, uma nova legislação na Inglaterra estabeleceu o internamento dos pobres nas Works Houses.

Nos pós 30, período caracterizado como Modernização pelo Alto, quando houve a invenção do trabalhismo, a cidadania regulada, surge a vertente do trabalho a partir do estabelecimento dos mínimos e a garantia de benefícios para os incapacitados para o trabalho. Após a Segunda Guerra Mundial, como estabelecimento de uma sociedade asseguradora, passa-se gradativamente do conceito de “incapacitado” para o de “necessitado”. Esta vertente do trabalho na assistência social também convive com a vertente da caridade, baseada na

assistência social, a partir da caridade das instituições filantrópicas prestadas às crianças, aos adolescentes, às mulheres, aos idosos e aos doentes.

Com a crise estrutural do capital nos anos 70, que se alongou nos anos da década de 1980, a década perdida, há aumento do desemprego estrutural, a precarização do trabalho, demandando, assim, um novo tipo de política de inserção social: as políticas de transferência de renda e de inclusão produtiva para o mercado de trabalho.

Em 1988 o Brasil promulga a Constituição Cidadã, que estabelece como direito o sistema de Seguridade Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. O direito a assistência social é regulamentado com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e vincula o direito à assistência social ao trabalho. Conforme escrito no artigo 2º: A assistência social tem por objetivos: c) a promoção da integração ao mercado de trabalho. Nesta mesma lei está exposta que os projetos de enfrentamento da Pobreza devem compreender a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência. (Seção V artigo 25). Desse modo, desde o seu embrião, a política da assistência social trata da temática da inclusão produtiva.

A inclusão produtiva consiste, no seu sentido mais operativo, no esforço para a mobilização das capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir ou provocar um processo de desenvolvimento por meio de projetos integrados de educação socioprofissional, cidadã e ético-política, investimentos em capital para possibilitar o acesso aos meios de produção e assistência técnica e elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) tem por um de seus objetivos contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural e considera a Inclusão Produtiva como um serviço de proteção social básica.

A Norma de Orientação Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUAS (2005) normatiza a responsabilidade da gestão municipal em executar programas e

projetos de promoção da inclusão produtiva, entretanto não definem o termo, nem parâmetros para estes projetos na Assistência Social.

O ponto de partida é o fortalecimento das formas de organização e iniciativas de produção no território, garantindo novos meios e capacidades coletivas de produção e gestão, com respeito e preservação das formas organizativas, do patrimônio cultural e artístico das comunidades e do meio ambiente, conforme orientação da LOAS.

No ano de 2011 a inclusão produtiva representa um dos três eixos que compõem o Plano Brasil Sem Miséria. Esse eixo tem como objetivo propiciar o acesso da população em extrema pobreza a oportunidades de ocupação e renda e apresenta estratégias diferenciadas para o meio urbano e o rural.

O Plano Brasil sem Miséria afirma que um país rico é um país sem pobreza, que um país rico deverá promover a inclusão produtiva dos mais pobres. Este objetivo é a primeira meta de Desenvolvimento do Milênio, que consiste em reduzir até 2015 a extrema pobreza com políticas públicas que possibilitem a entrada no mundo do trabalho.

Os organismos multilaterais reunidos estabeleceram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) entre as quais está a redução da pobreza extrema, travar a propagação da AIDS, garantir o acesso à educação primária, entre outros, é um projeto aprovado por todos os países do mundo e todas as instituições de desenvolvimento até o ano de 2015.

Os ODM, a partir de 2016, foram substituídos por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujo primeiro objetivo ainda é erradicação da pobreza. Estes programas multilaterais têm estimulado ações e políticas para atender às necessidades dos mais pobres. Neste ínterim, grupos de estudiosos da América Latina e Caribe fazem um debate teórico-político sobre a complexidade das relações entre pobreza e trabalho.

A complexidade das relações entre pobreza e trabalho, exploradas a partir da identificação das condições de produção e reprodução da pobreza, foi o objeto central de discussão no seminário que o Programa do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - Comparative Research Programme on Poverty - CLACSO-CROP organizou em 2004, em colaboração com o Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario - CEDLA em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

Vários estudos de casos foram apresentados naquela ocasião – depois compilados num livro do CLACSO – trataram de descrever e explicar situações em que se enfatizavam os processos produtores e reprodutores de pobreza, dentre as quais se destaca a concepção de que a pobreza “é inerente à lógica do capital”, ela sobrevém dos interesses contraditórios entre capital e trabalho e surge em relação à produção de população excedente ou superpopulação relativa [...], a pobreza não é, portanto, um “gestado”, mas um produto da lógica da acumulação capitalista. (Álvarez Leguizamón, 2005, p. 26 in Pobreza y protección social universal);

Nesse sentido, o termo produção de pobreza questiona as estratégias discursivas que a naturalizam, afirmando que elas emergem de fatores históricos concretos e que evitar as carências humanas depende das transformações dessas condições.

Outro ponto que merece destaque é o financiamento das ações de inclusão produtiva no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Índice de Gestão Descentralizada (IGD), um indicador sintético, objetivo e transparente que associa a fórmula de repasse com a execução e monitoramento das condicionalidades. Duas modalidades:

- 1) Índice de Gestão Descentralizada – Programa Bolsa Família - IGD-PBF - Os recursos do IGD-PBF devem ser destinados a custear as atividades de gestão e execução do Bolsa Família e do cadastro Único, zelando pela melhoria contínua de ambos.
- 2) Índice de Gestão Descentralizada- do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS - sua finalidade é o aprimoramento da gestão do SUAS. O uso dos recursos está disciplinado por meio da Portaria nº 07/2012 de onde se listam as seguintes áreas para o uso dos recursos (Gestão de serviços; Gestão articulada e integrada com os Programas BPC na Escola e BPC Trabalho; Gestão e organização da rede de serviços assistenciais). Ações consideradas complementares: Alfabetização de Jovens e Adultos; Ações de Qualificação Profissional; Ações de incentivo ao cooperativismo; Ações de desenvolvimento comunitário e territorial; a Integração de sistemas de cadastramento de famílias no Cadastro Único e de emprego e inserção ocupacional.

O arcabouço jurídico-institucional da gestão da política da assistência social prevê recursos orçamentários para o desenvolvimento sistemático de ações de inclusão produtiva, assim como a política do trabalho possui recursos financeiro

oriundos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), por isso é muito relevante o controle dos gastos públicos nas ações de inclusão produtiva.

Estudos do IPEA sobre Inclusão Produtiva indica que já se formou o consenso de que projetos de inclusão produtiva não são de natureza “pura”, ou seja, eles são naturalmente intersetoriais. Portanto, para alcançar resultados sólidos, é preciso articular várias políticas setoriais e não atribuir à responsabilidade a apenas um programa ou ministério.

Uma leitura da bibliografia acerca do tema do trabalho indica que as condições para uma inclusão produtiva bem sucedida é necessário disponibilidade de boas oportunidades, de garantia de acesso efetivo e protagonismo dos usuários, que oportunidades produtivas de boa qualidade existam e estejam disponíveis (ou seja, que existam portas de entrada no mundo do trabalho).

Autores ainda indicam que as oportunidades não precisam necessariamente ser novas, que o sucesso da inclusão produtiva não é determinado exclusivamente pelo surgimento ou criação de novas oportunidades, mas pela qualidade das oportunidades disponíveis, sejam novas, ou já existentes.

Não basta, no entanto, ampla disponibilidade de oportunidades de boa qualidade. Para uma inclusão produtiva bem sucedida também é necessário garantir aos mais pobres o efetivo acesso a essas oportunidades. Tal garantia decorre de quatro algumas de inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil:

(1) os trabalhadores tenham conhecimento da existência das oportunidades disponíveis; os novos postos de trabalho só reduzem o desemprego quando os trabalhadores sabem onde esses novos postos de trabalho se encontram;

(2) os trabalhadores devem estar adequadamente preparados (ter as habilidades necessárias) para efetivamente aproveitarem as oportunidades disponíveis;

(3) para que possam aproveitar integralmente as oportunidades disponíveis, os trabalhadores precisam que lhes sejam garantidas condições mínimas, por exemplo, via garantia de renda mínima e de transporte e alimentação subsidiados.

Em suma, para que uma inclusão produtiva bem-sucedida aconteça não basta que existam oportunidades de boa qualidade, mas que estes as conheçam e estejam efetivamente acessíveis aos mais pobres. É também imprescindível que, com seu esforço e tenacidade, as famílias pobres aproveitem plenamente essas oportunidades.

Diante desta breve incursão histórica e teórica verificou-se a necessidade de desenvolver uma tecnologia social para permitir aos usuários da proteção social especial do Sistema Único de Saúde ressignificar suas trajetórias de vida através da elaboração de um projeto profissional com vistas à inserção no mundo do trabalho.

Esta tecnologia social de inclusão produtiva foi desenvolvida em seis encontros temáticos baseados na metodologia ativa e rodas de diálogos com público alvo de 20 habitantes da Unidade de Reinserção Social Plínio Marcos; unidade de acolhimento de homens adultos que viviam em situação de rua.

Os seis encontros com duração de três horas, no horário de 13h às 17 horas, uma visita institucional com carga horária de 5 horas “Ateliê de Infância e Filosofia Matthew Lipman” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Workshop sobre Mundo do Trabalho com carga horária de 5 horas. Ao término deste ciclo, os integrantes receberam o certificado contendo a carga horária, que totaliza de 40 horas de atividades.

Os discentes que participarem do projeto tiveram a oportunidade de acompanhar cada encontro, com a tarefa de elaborarem um diário de campo; onde anotaram as observações das metodologias desenvolvidas pelos profissionais e pela docente, que participará como mediadora, junto com as técnicas do referido projeto. Desse modo, foi possível elaborar o perfil dos integrantes de cada grupo.

Após cada encontro, o grupo de discente se reunia com a docente e os técnicos para estudarem e analisarem a experiência registrada no diário de campo, e debater sobre a temática, a partir de estudos de textos indicados pela docente.

A sistematização da Tecnologia Social de Inclusão Produtiva, denominada Caminhos para Cidadania: Projeto de Desenvolvimento Profissional foi feita por meio de fotos, arquivo da produção manual, depoimentos dos integrantes e a seguir apresentamos a metodologia desenvolvida.

2. Materiais e métodos

Esta tecnologia social de inclusão produtiva intitulada de Caminhos de Cidadania: Projeto de Desenvolvimento Profissional tem como finalidade promover encontros de reflexão sobre os desafios do mundo do trabalho, identificar as barreiras impeditivas para a entrada no mercado formal de trabalho e geração de renda do grupo que participa do ciclo de encontros.

O objetivo final é propiciar à formulação de um Projeto de Desenvolvimento Profissional, seguido de orientações sobre formação e qualificação profissional necessária para sair da situação de extrema pobreza, de modo a superar os desafios do mundo do trabalho e gerar renda para sua sobrevivência diária.

Os públicos prioritários deste projeto de desenvolvimento profissional são adolescentes, mulheres e homens na faixa etária entre 18 anos a 60 anos de idade, assistidos pela proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social. O público jovem corresponde a adolescentes em medidas socioeducativas dos Centros de Referência de Assistência Social – CREAS, adolescentes do Projeto Casa Viva, mulheres e homens das Unidades de Reinserção Social, os antigos Centro de Acolhimento da População em situação de rua.

A identificação deste público é de responsabilidade dos técnicos dos serviços supracitados, que preenchem uma ficha com informações sobre identificação, escolaridade, trajetória profissional dos indicados para participarem do projeto Caminhos de Cidadania: Projeto de Desenvolvimento Profissional.

Para o desenvolvimento do Ciclo **Caminhos para Cidadania: Projeto de Desenvolvimento Profissional**, apresentam-se, a seguir, os procedimentos metodológicos dos seis encontros.

(1) CONHECIMENTO, HABILIDADES E ATITUDES PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL. Encontro da apresentação dos ciclos de encontro, cada integrante recebe uma carta nominal, que explica em seu teor a finalidade do projeto e os convida a participarem. Consideramos este primeiro como tempo de análise, de saber-se, conhecer-se e olhar-se, ou seja, momento de avaliar e conhecer as habilidades, conhecimentos e atitudes. Neste do encontro, portanto, faremos uma atividade com as palavras: Caminho, Vida, Cidadania, Sonhos, (Aonde gostaria de chegar? Como chegar?). Esta atividade visa envolver o sujeito no processo de

autoconhecimento, prevê análises de realizações, de valores pessoais e de personalidade. Identificar as principais áreas de interesse sobre trabalho de cada participante do grupo. Ao final desta atividade os alunos receberão uma declaração de comparecimento.

(2) DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO. Segundo Encontro: Relembramos os caminhos apontados na semana anterior e discutimos sobre os desafios, limites, dificuldades, formas de superação. Apresentamos o mundo do trabalho e as alternativas para o desenvolvimento profissional e projeção do futuro. Estamos iniciando o tempo de planejamento: momento de identificar ações capazes de diminuir a distância, a situação de perdas para o projetado.

(3) OBJETIVOS DE UM PROJETO PROFISSIONAL: DESAFIOS E CAMINHOS.

Terceiro Encontro: Roda de conversas com profissionais convidados para contar como foram suas escolhas, caminhos e superação. Estabelecer objetivos centrados nos aspectos pessoais, de autoconhecimento, considerando as relações familiares, sociais e situação econômico-financeira.

(4) VISITA INSTITUCIONAL À UNIVERSIDADE. Quarto encontro: Estratégias para o Projeto de Desenvolvimento Profissional. Uma vez definidos os objetivos, utiliza-se a pergunta: qual é a estratégia para alcançá-los? Novos caminhos, novas responsabilidades ou atribuições. Visita à Universidade Estadual do Rio de Janeiro “Ateliê de Infância Matthew Lipman”. Para uma experiência de participar de uma aula sobre o pensamento, no curso de Pós-Graduação do NEFI da Faculdade de Educação da UERJ.

(5) ELABORAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL.

Quinto encontro: Projeto de Desenvolvimento Profissional, incentivamos e orientamos para elaboração de um projeto de vida profissional, que deve conter metas de curto prazo, indicadores de sucesso, fatores críticos para o sucesso, uma avaliação de tempo, dinheiro e aperfeiçoamento necessários.

6) MARCO INICIAL. Sexto Encontro: Para o encerramento propomos uma cerimônia, que chamamos de Marco Inicial. Neste dia foi entregue aos participantes um certificado de conclusão, para aqueles que alcançarem 75% de frequência, no verso deve conter um compromisso, que eles vão ler e assinar sobre o desenvolvimento de Projeto de Desenvolvimento Profissional. Neste dia, contaremos com a presença de um palestrante e os mesmos receberão orientação sobre os próximos passos a seguir. Enfatizar a importância do acompanhamento do

Projeto de Desenvolvimento Profissional, pois este projeto deverá ser revisado, empregos e informações sobre geração de renda, a partir do empreendedorismo comunitário.

Discussão

Para o desenvolvimento do trabalho acima descrito foi necessária uma equipe de referência projeto. As principais funções desta equipe foram articular, mobilizar, encaminhar e acompanhar o público prioritário. Acompanhar e possibilitar a participação de estudantes universitários, no caráter de atividade complementar, dos cursos de serviço social, psicologia, pedagogia, gestão de recursos humanos.

A execução da tecnologia social Caminhos para Cidadania: Projeto de Desenvolvimento Profissional foi possível identificar e mostrar as possibilidades de escolhas de cada integrante, viabilizou a elaboração de um projeto de vida e profissional dos usuários da proteção social especial assistido no Sistema Único de Assistência Social; explicamos as dificuldades, os desafios, limites e a forma de superação no percurso da trajetória da vida cotidiana e no mundo do trabalho. Recorremos à metodologia ativa que propiciou aos sujeitos sociais o conhecimento da existência das oportunidades disponíveis; dos novos e antigos postos de trabalhos, dos desafios do mundo do trabalho e formas de enfrentamento a partir de uma rede social, e/ou de formação de cooperativas de trabalho. E se decidirem ter acesso, possam saber onde encontrar novos postos de trabalho e, ao encontrarem, que estejam preparados e com um caminho possível de seguir através de um projeto profissional, ou seja, ter ou desenvolver as habilidades necessárias, para efetivamente aproveitarem as oportunidades disponíveis.

Resultados

Os principais resultados do projeto de extensão Inclusão Produtiva foram os seguintes;

- Possibilitar o conhecimento e estudo da realidade social complexa dos sujeitos sociais atendidos nos equipamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Cidade do Rio de Janeiro.
- Encaminhamento dos integrantes para o processo de escolarização formal a partir do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e Ensino a Distância para Jovens e Adultos (CREJA) em parceria com gerência de educação de jovens e adultos da SES, para preenchimento das vagas ofertadas de cursos de formação e qualificação profissional e órgãos de intermediação de interesses. Também foi combinado dar seguimento através da formação de uma cooperativa com os integrantes do grupo, a partir do mês de março de 2016.
- Uma interação entre as universidades e sociedade por meio das atividades desenvolvidas, desta forma a contribuir com a implantação no Município do Rio de Janeiro de uma tecnologia social de execução, já monitorada por estudos acadêmicos, pois pressupomos que para uma inclusão produtiva bem-sucedida é necessário garantir o efetivo acesso às oportunidades do mundo do trabalho ao público-alvo da Política de Assistência Social.
- Possibilitarmos aos atendidos na Proteção Social Especial, em parceria com Subsecretaria de Inclusão Produtiva, conhecimento da existência das oportunidades disponíveis; dos novos e antigos postos de trabalhos, e se decidirem ter acesso, possam saber onde encontrar novos postos de trabalho, e ao encontrarem, que estejam preparados e com um caminho possível de seguir através de um projeto profissional, ou seja, ter ou desenvolver as habilidades necessárias, para efetivamente aproveitarem as oportunidades disponíveis.

Conclusões

Consideremos que este projeto apenas é o início dos estudos e pesquisa e desenvolvimento de tecnologia no que diz respeito à inclusão produtiva e assistência social. Ainda afirmamos a importância da Extensão Universitária em proporcionar aos integrantes docentes, discentes, técnicos, população a oportunidade de inovar na elaboração, desenvolvimento e acompanhamento de uma tecnologia social de inclusão produtiva com vista à inserção, no mundo do trabalho, de parcela da população do Rio de Janeiro, que está em situação de pobreza e extrema pobreza.

O efetivo acesso ao mundo do trabalho é composto por barreiras sociais, tipicamente decorrentes da discriminação e de outras formas de exclusão social, que impede a referida população de aproveitar as oportunidades disponíveis - livre acesso às portas de entrada no mundo do trabalho e de saída da extrema pobreza -.

Para que possam aproveitar integralmente as oportunidades disponíveis é necessário que lhes sejam garantidos acesso a informação, orientação para desenvolvimento de um projeto profissional, quiçá de vida. Pois o trabalho, numa perspectiva ontológica, possibilita ao homem transformar a natureza e transformar a si mesmo; o homem como ser social traz em sua essência o trabalho como ato criador.

Esta tecnologia social de inclusão produtiva pretende apresentar aos sujeitos sociais que habitam as instituições da assistência social do Município do Rio de Janeiro, particularmente, os abrigos e Centro de Referência de Assistência Social, os caminhos possíveis nesta sociedade capitalista para elaboração de um projeto profissional, conforme suas habilidades, potencialidades na direção da liberdade de ir e vir, de pensar, de produzir, de viver, de buscar permanentemente sua emancipação como sujeito social.

Para tanto, foi necessária a identificação das dificuldades, dos limites e desafios para ver se será possível a superação no percurso da trajetória da vida cotidiana de suas perdas sociais, afetivas e financeiras em direção à elaboração de um projeto de vida libertário de toda esta condição de não lugar, de inúteis para o mundo.

Referências

BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil. Brasília: UNB, 2006. p. 69-98.

LABRA, Maria Eliana. “Análise de Políticas, Modos de Policy-Making e Intermediação de interesses: uma Revisão. PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro. 9(2):131-166.1999.

HARVEY, David. O Enigma do Capital. Editora Xamã. Ano 2013.

LIMA, Antônio Américo Biondi. Lopes, Fernando Augusto Moreria. Diálogo social e qualificação profissional: experiências e propostas– Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005. 39 p. – (Construindo diálogos; v. 1). Coleção Qualificação Social e Profissional

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

O que é pobreza? Uma boa pergunta. Acesso em <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager26.pdf>

Pobreza y protección social universal / Eduardo Chávez Molina ... [et.al.] adaptado por Eduardo Chávez Molina. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2013.